

A HISTÓRIA ESCRITA
teoria e história da historiografia

Angelika Epple • Arno Wehling
Carlo Ginzburg • Frank R. Ankersmit
Hayden White • Horst Walter Blanke
Jörn Rüsen • Jurandir Malerba (Org.)
Masayuki Sato • Massimo Mastrogregori

EDITORA
CONTEXTO

Copyright© 2006 Jurandir Malerba

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Montagem de capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Revisão
Lilian Aquino
Vera Quintanilha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A história escrita: teoria e história da historiografia /
organizador Jurandir Malerba. – São Paulo : Contexto, 2006.

Bibliografia.
ISBN 85-7244-303-7

1. História - Filosofia 2. Historiografia -
História 3. Historiografia - Teoria I. Malerba,
Jurandir.

05-5761

CDD-901

Índice para catálogo sistemático:
1. Historiografia : História 901

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2006

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



Sumário

Apresentação	7
Teoria e história da historiografia	11
<i>Jurandir Malerba</i>	
Para uma nova história da historiografia	27
<i>Horst Walter Blanke</i>	
Historiografia e tradição das lembranças	65
<i>Massimo Mastrogregori</i>	
Historicismo, pós-modernismo e historiografia	95
<i>Frank R. Ankersmit</i>	

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacra and simulations. Selected writings*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- CHLADENIUS, Johann Martin. *Allgemeine Geschichtswissenschaft*. Leipzig, 1752.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, die Genealogie, die Historie. *Von der Subversion des Wissens*. München: Hanser, 1974 [ed. brasileira: Nietzsche, a genealogia e a história. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 15-37].
- FREUD, Sigmund. *Studienausgabe, Ergänzungsband*. Schriften zur Behandlungstechnik. Frankfurt am Main: Fischer, 1982.
- GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1972 [ed. brasileira: *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997].
- GEARHART, Susanne. *The Open Boundary Between History and Fiction*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.
- LACAPRA, Dominick. The cheese and the worms: the cosmos of a twentieth century historian. *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- _____.; KAPLAN, S. L. (Hg.). *Geschichte denken*. Frankfurt am Main: Fischer, 1988.
- MEDICK, Hans. Entlegene Geschichte? Sozialgeschichte im Blickpunkt der Kulturanthropologie. *Comité international des sciences historiques (ed.)*, 17. *Congreso internacional de ciencias históricas*. Vol. 1. *Grands thèmes, méthodologie, sections chronologiques 1. Rapports et abrégés*. Madrid, 1990.
- MINK, L. O. *Historical Understanding*. Ed. Brian Fay, Eugene O. Golob and Richard T. Vann. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- MITZMAN, Arthur. *Michelet Historian: Rebirth and Romanticism in Nineteenth-century France*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- ORR, Linda. *Jules Michelet: Nature, History and Language*. Ithaca: Cornell University Press, 1976.
- _____. *Headless History: Nineteenth Century French Historiography of the Revolution*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.
- RORTY, Richard. *Der Spiegel der Natur: Eine Kritik der Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981 [ed. brasileira: *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994].
- RÜSEN, Jörn. Historische Aufklärung im Angesicht der Post-Moderne: Geschichte im Zeitalter der 'neuen Übersichtlichkeit'. *Zeit und Sinn*. Strategien historischen Denkens. Frankfurt am Main: Fischer, 1990.
- VON HUMBOLDT, Wilhelm. Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers. *Werke in fünf Bänden*. Bd. 1, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1960 [trad. brasileira: *Sobre a tarefa do historiador*. *Anima*, n. 2, 2001].
- WHITE, Hayden. *Auch Klio dichtet oder Die Fiktion des Faktischen*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1986.
- _____. *Die Bedeutung der Form*. Frankfurt am Main: Fischer, 1990.
- _____. *Metahistory: Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert in Europa*. Frankfurt am Main: Fischer, 1991 [ed. brasileira: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995].
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971 [ed. brasileira: *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994].

Historiografia comparativa intercultural

Jörn Rüsen

Por que a teoria?

Muitos trabalhos em historiografia são elaborados dentro da estrutura de uma história nacional.¹ Uma perspectiva mais ampla incluirá a historiografia européia ou ocidental² ou a historiografia de culturas não-ocidentais. Essa última trataria principalmente de um único país ou uma única cultura, como a China³ ou a Índia.⁴ Estudos comparativos são raros.⁵ Há uma série de razões para isso e mencionarei apenas duas delas: a dificuldade de aplicar habilidades de pesquisa especializada a culturas históricas diferentes e o domínio do pensamento histórico ocidental nos estudos históricos mesmo em países não-ocidentais. Essa dominação arrasta o interesse acadêmico para as origens e o

desenvolvimento do modelo especificamente moderno de pensamento histórico. Porém, há uma necessidade crescente de comparação intercultural simples e inevitavelmente por causa do grande aumento da comunicação internacional e intercultural, não apenas na economia e na política, mas também em vários campos da vida cultural.

Como a comparação intercultural deveria ser feita?⁶ Não basta pôr diferentes histórias da historiografia juntas. Isso poderia fornecer um útil e mesmo necessário panorama do conhecimento disponível até determinado momento, mas não se constitui em um tipo de comparação, uma vez que as diferentes acumulações de conhecimento carecem de uma estrutura comum de organização cognitiva. Toda comparação precisa de um parâmetro organizativo. Antes de olhar para os materiais (textos, tradições orais, imagens, rituais, monumentos, assim por diante), é necessário saber que campo de coisas deve ser levado em consideração e de que maneira as descobertas nesse campo devem ser comparadas. Trocando em miúdos: quais são as similaridades e onde estão as diferenças nos domínios da historiografia?

Essa questão simples exige uma resposta muito complexa. A comparação intercultural é um assunto muito delicado. Ela resvala no campo da identidade cultural e, por conseguinte, envolve-se em conflitos de poder entre diferentes países, especialmente no que tange à dominação ocidental e à resistência não-ocidental a ela, em uma grande variedade de formas de relação intercultural. Porém, não é só o conflito político pelo poder que torna problemática uma comparação intercultural dentro da disciplina da história. Para além da política, encontra-se uma dificuldade epistemológica com enormes conseqüências teóricas e metodológicas para as humanidades: toda comparação é feita em um dado contexto cultural, de modo que a cultura é implicada no próprio objeto da comparação. Os historiadores, ao olharem para o pensamento histórico de outras culturas, normalmente o fazem por meio da idéia de historiografia de sua própria cultura. Eles não sentem nenhuma necessidade urgente de refletir ou de explicar isso teoricamente. Esse sentido preestabelecido do que é historiografia funciona como parâmetro oculto, como norma ou, pelo menos, como fator que vem estruturando o panorama de variedades de pensamento histórico em diferentes lugares e épocas.

A desatenção é o problema: em uma tal comparação, certo tipo de pensamento histórico tem um metastatus irrefletido, e acaba determinando

os resultados da comparação. O modo “real” ou essencialmente “histórico” de historiografia naturalmente só poderá ser encontrado nesse paradigma preexistente e os outros modos ganham seu sentido, significado e significação apenas em relação a ele.⁷ A comparação, aqui, não revela nada senão uma medida da distância de uma norma acriticamente assentada. Em casos raros, estudiosos podem usar projeções de alternativas dentro de outras culturas no sentido de criticar a seus próprios pontos de vista; mas, mesmo nesse caso, eles nunca têm um discernimento substancial das peculiaridades e similaridades de diferentes modos de pensamento histórico e de historiografia.

Por exemplo, pode-se perguntar: como devemos tratar com elementos de ficção e imaginação poética na representação do passado? Se avaliamos esses elementos como a-históricos, não-históricos (mesmo anti-históricos), ou como essenciais para entender a história, vai depender do conceito de pensamento histórico e historiografia dado pela nossa cultura. Um outro exemplo é a questão da importância de uma linguagem escrita. Por causa de uma convicção acriticamente assentada sobre o papel constitutivo de uma linguagem escrita para o pensamento histórico, por muito tempo denominamos de “a-históricas” culturas com tradição unicamente oral, mesmo como não pertencendo à história como um todo;⁸ tais culturas são consideradas históricas somente depois da introdução da escrita. Por certo, esse preconceito impede discernir dentro da cultura tipos específicos de pensamento histórico que não se apóiem sobre uma linguagem escrita.

Não se pode evitar o conflito entre engajamento e interesse relativo à identidade histórica das pessoas cuja historiografia pode e deve ser comparada. Esse engajamento e interesse têm de ser sistematicamente levado em conta; têm de se refletir sobre eles, explicá-los e discuti-los. Há pelo menos um meio sistemático de fazê-lo, que dá a oportunidade para o discernimento compreensivo e o conhecimento e para a concordância potencial e o consenso entre aqueles que se sentem comprometidos com uma compreensão rigorosa das diferentes culturas em questão. Eu penso na teoria, ou seja, um certo modo de refletir sobre e explicar os conceitos e as estratégias de comparação. Somente por meio da reflexão teoricamente informada nós poderemos evitar ou corrigir qualquer imperialismo cultural oculto ou perspectiva equivocada no conhecimento comparativo.⁹

Qual teoria?

Como podemos simplesmente evitar assumir como genericamente válida nossa própria maneira tradicional de pensamento histórico? A resposta para essa questão está em olhar para os universais antropológicos da consciência histórica. Para fazê-lo, devemos ir além dos limites da historiografia profissional e acadêmica e seus procedimentos racionais de cognição histórica. A história como disciplina acadêmica não pode servir como modelo ou paradigma para a instituição universal da historiografia. Ao contrário, devemos reclamar por operações mentais básicas que podem ser encontradas em qualquer cultura humana. Haverá algo como um universal antropológico chamado “consciência histórica”? Nós sabemos que pensar historicamente, no sentido corrente da palavra “história”, é um resultado de um longo processo de desenvolvimento cultural e não pode ser pressuposto em todas as formas de vida humanas. Mas se se observa algumas operações mentais básicas constituintes da consciência histórica, é possível identificá-las como universais. A explicação desses procedimentos conduz a uma teoria geral da memória cultural.

Não há cultura humana sem um elemento constitutivo de memória comum. Ao lembrar, interpretar e representar o passado, as pessoas compreendem sua vida cotidiana e desenvolvem uma perspectiva futura delas próprias e de seu mundo. *História*, nesse sentido fundamental e antropológicamente universal, é uma reminiscência interpretativa do passado de uma cultura, que serve como um meio de orientar o grupo no presente. Uma teoria que explica esse procedimento fundamental e elementar de dar sentido ao passado consoante à orientação cultural no presente é um ponto de partida para a comparação intercultural. Tal teoria tematiza a memória cultural ou a *consciência histórica* que define o objeto de comparação em geral.¹⁰ Ela serve como definição categórica do campo cultural no qual a historiografia toma forma. Na estrutura dessa teoria não há uma definição *a priori* de historiografia. Ao contrário: a historiografia aparece, na sua estrutura geral da consciência histórica ou memória cultural, como uma forma específica de uma prática cultural básica e universal da vida humana.

A estrutura teórica de uma comparação intercultural não tem apenas de “definir” o campo daquilo que deve ser comparado. Ela tem de abrir uma perspectiva dentro da qual a “historiografia” ou o “pensamento histórico”, como matéria de comparação, entra em foco. Ela também tem de abrir uma

perspectiva que torne visível a variedade de diferenças, e assim esclarecer como essa variedade se constitui. Antes de mais nada, ela depende das *circunstâncias* dentro das quais a consciência histórica trabalha. Quais os desafios que ela implica e quais *funções* ela tem de preencher? Além do mais, deve-se observar a *prática cultural* por meio da qual a consciência histórica é exercida como um processo de comunicação, como um elemento da vida social. Terceiro, deve-se observar os próprios *processos mentais* por meio dos quais uma reminiscência interpretativa do passado ganha a qualidade específica daquilo que nós chamamos “história”.

Uma atenção especial deveria ser dada aos *princípios de “sentido”* que governam a reconstrução histórica. Eles determinam a lógica da interpretação histórica, a poética e a retórica de constituição de uma representação e as possibilidades de entender o passado como algo relevante e importante para a orientação de uma cultura no presente. O livro de Hao Chang sobre o pensamento chinês na virada para o século xx fornece excelente descrição desses princípios.¹¹ Ele fala de um “simbolismo orientador”, uma “interpretação geral da vida e do mundo” que permite às pessoas “manter coerência e ordem em um universo de sentido”. Esse simbolismo está relacionado a três fatores principais: o eu, a sociedade e o cosmos. Ele também modela os modos de pensamento histórico. Assim como, em história, se expressa em conceitos de tempo e de mudança temporal que definem a relação entre passado, presente e futuro. Tais conceitos inserem o mundo em ordem e permitem às pessoas suportarem a experiência da contingência, pela qual suas vidas são permanentemente ameaçadas. Os chineses também definem suas formas de vida social conformando identidade, intimidade e alteridade. Em chinês pode-se falar no *Tao* da história, que pode ser comparado com o *logos* da história ou seu “sentido”, no Ocidente. Os princípios e os modos de pensamento correlatos marcam uma linha entre sentido e insensatez, com respeito à dimensão temporal da vida humana. (Assim, poder-se-ia investigar-se não apenas o sentido, o significado e a significação, mas também seus opostos: o que é visto como sendo sem sentido, caótico, ameaçador e assim por diante?)

Finalmente, deve-se atentar para *modos, processos e fatores de mudança e desenvolvimento* com respeito ao trabalho de consciência histórica. Podem os diferentes modos de atribuir sentido histórico ao passado ser colocados em uma seqüência temporal? Há algo comparável na mudança estrutural do pensamento histórico mediante as fronteiras de diferentes culturas? Aqui,

deve-se ser especialmente cuidadoso para generalizar para todas as culturas as mudanças que marcaram o pensamento histórico europeu.

Nas páginas seguintes, abordo esses pontos com mais detalhes. Contudo, um argumento sistemático exigiria uma teoria compreensiva e bem articulada do “entendimento da história”, a qual eu (ainda) não posso oferecer.¹²

Algumas observações a respeito do método de comparação

Em qualquer comparação intercultural é necessário questionar como as unidades de comparação devem ser vistas. Há entidades preestabelecidas, bem delimitadas no tempo e no espaço? Quais os pressupostos adequados para uma teoria da comparação intercultural? Há critérios de sentido que constituem o pensamento histórico em geral. Esses critérios são parte essencial de um código cultural que define as unidades de comparação. Conseqüentemente, culturas podem ser comparadas por meio de conceitos fundamentais que definem as formas e os campos de realidade e de autocompreensão humanos. De modo que uma tipologia de tais conceitos é um instrumento teórico muito útil para uma abordagem comparativa.

Johan Galtung propôs uma tipologia bem estruturada desse tipo.¹³ Ele caracteriza seis diferentes culturas (ocidente 1, ocidente 2, índica, búdica, sina, nipônica) a partir de oito conceitos básicos (“natureza”, “indivíduo”, “sociedade”, “mundo”, “tempo individual”, “tempo social”, “transpessoa”, “episteme”). Tal tipologia revela a especificidade dos códigos culturais. Mas qual é o *status* de um tal código constituído pela inter-relação sistêmica de conceitos básicos e critérios de sentido? Ele torna a cultura algo muito estático e espacialmente descontínuo. As culturas tornam-se mônadas, configurações isoladas de sentido e significado que acompanham a força reguladora de seus códigos culturais profundamente arraigados.

Tal teoria das diferenças culturais padece de uma perigosa tendência a essencializar ou mesmo a reificar as culturas singulares em questão. Suas

* N. T.: No original: Indic, Buddhist, Sinic, Nipponic. Os neologismos do Dr. Galtung foram criados com a intenção de indicar uma cultura – e não um país ou região. Assim, *índica* refere-se à Índia; *búdica*, a budista; *sina*, a chinesa e *nipônica*, a japonesa. Os esclarecimentos são do Prof. Rösen.

historicidades próprias, suas múltiplas conexões e seus condicionamentos mútuos perdem-se de vista. A comparação simplesmente resgata dicotomias e ou alternativas claras: o pensamento histórico segue este ou aquele código. Formas afins de identidades culturais parecem territórios espaciais com fronteiras nítidas. Nada parece existir para além ou por meio de códigos únicos. Mas a própria tipologia transgride essa linha fronteira com um passo decisivo para indicar um modo de pensamento que não emerge necessariamente de um código cultural. Uma tipologia das diferenças culturais, uma construção necessariamente heurística, tem de evitar caracterizar culturas como entidades ou unidades preestabelecidas.

Essa idéia obedece uma lógica cultural que fundamenta a identidade em uma diferença básica entre dentro e fora. Assim, conceitua identidade como um território mental com fronteiras nítidas e uma correspondente clara divisão entre o eu e o outro. Essa lógica é essencialmente etnocêntrica e o etnocentrismo está inscrito em uma tipologia das diferenças culturais que trata as culturas como unidades coerentes que podem ser tranqüilamente separadas umas das outras.

Proponho uma conceituação teórica que evita esse etnocentrismo, o que se dá se uma cultura específica é entendida como a combinação de elementos compartilhados por outras culturas. Desse modo, a especificidade das culturas é realizada pelas diferentes constelações dos mesmos elementos. Tal abordagem tem as seguintes virtudes: ela apresenta a diversidade de diferentes culturas como um espelho que melhor propicia o auto-entendimento; ela assim inclui a diversidade, mais propriamente que a usa como um princípio de segregação; ela encoraja o reconhecimento e a reciprocidade em pessoas de diferentes culturas.

O que deve ser comparado?

A historiografia resulta da consciência histórica, a qual não pode ser compreendida sem que se atente para um complexo conjunto de conjeturas, circunstâncias, desafios e funções que moldam sua peculiaridade. Como é possível comparar peculiaridades? É necessário encontrar seus componentes básicos e reconstruí-los como uma relação e uma síntese específica de vários elementos. Se puder ser mostrado que esses elementos, ou pelo menos alguns

deles, são os mesmos em diferentes manifestações da historiografia, uma análise comparativa pode ser feita de forma sistemática. Então, o primeiro passo para uma historiografia comparativa será uma teoria dos principais componentes dessas manifestações culturais específicas chamadas historiografia.

Para fazê-lo, é preciso identificar os universais antropológicos na consciência histórica. Há uma experiência universal do tempo que pode ser chamada "contingência". Contingência significa que a vida humana é constantemente atormentada por um senso de ruptura, de ocorrências inesperadas como morte ou nascimento, catástrofes, acidentes, expectativas frustradas. Em resumo, nós experimentamos o que pode ser descrito nas palavras de Hamlet: "O mundo está fora dos eixos; – Ah! Transcurso perverso/ de que eu nasci para eternamente pô-lo no lugar."¹⁴ "Pô-lo no lugar" significa desenvolver um conceito do curso do tempo, da mudança e da progressão temporais, que tornam as ocorrências contingentes significativas em relação às atividades humanas cotidianas e a uma ordem estável de mudança de um grupo. Nós encontramos a mesma idéia em uma expressão chinesa no comentário de Kung-yang aos *Anais da Primavera e do Outono*: "Colocar no lugar as coisas que foram arremessadas ao caos e restaurar o mundo à ordem, não há nada melhor que os *Anais da Primavera e do Outono*."¹⁵

A experiência de ameaça estrutural na mudança temporal¹⁶ tem de ser interpretada no sentido de permitir pessoas que estão ameaçadas a continuar vivendo suas vidas. Para isso, elas têm de construir uma idéia de ordem temporal que responda ao desafio da contingência. O trabalho da consciência histórica pode então ser descrito como um procedimento por meio do qual tal idéia de uma ordem temporal é resgatada. Ela refere-se à experiência da mudança temporal da vida e do mundo, que pode ser armazenada na memória, dá sentido à mudança do passado que pode ser aplicada para se entender o presente, permitindo, assim, às pessoas antecipar o futuro, para conduzirem suas atividades a partir de um futuro informado pelas experiências do passado.

O trabalho da consciência histórica é feito em atividades culturais específicas. Eu gostaria de chamá-las *práticas de narração histórica*. Por meio dessas práticas, a "historiografia" torna-se parte da cultura e um elemento necessário da vida humana. Qualquer comparação intercultural tem de

sistematicamente levar em conta essas práticas e interpretar formas específicas da atividade cultural universal de dar sentido ao passado por meio da narração. (Eu não negaria que há elementos não-narrativos operando no trabalho da consciência histórica e que a representação narrativa do passado tem seus limites, mas o fenômeno cultural peculiar chamado história apóia-se fundamentalmente na prática cultural da narração.)

Quais são os elementos substanciais desse construto mental chamado "história"? Para distingui-lo de outros conteúdos da memória humana, dever-se-ia primeiramente sublinhar seu caráter específico como uma memória de um passado mais distante que vai além dos limites da lembrança individual de alguém ou (mais objetivamente) para além da extensão de uma vida individual. Essa extensão temporal da memória é condição necessária para atribuir ao passado a qualidade de "histórico". Por outro lado, a perspectiva futura aberta pela consciência histórica transcende também o limite da extensão de uma vida individual. A consciência histórica, assim, amplia o conceito de dimensão temporal da vida humana e o estende para muito além da duração da vida de uma pessoa; faz o trabalho histórico da rememoração.

Essa simples ampliação do horizonte temporal da memória é condição necessária, porém não suficiente, para a qualidade "histórica" específica de retorno ao passado. A mente humana tem de satisfazer essa dimensão com um "senso" que faz do passado, como experiência, significante para o presente e para o futuro. Essa "razão histórica" é uma imagem, uma visão, um conceito ou uma idéia de tempo que mede as expectativas, os desejos, as esperanças, os medos e as ansiedades que ligam as mentes das pessoas nas suas atividades do dia-a-dia com a experiência do passado. O tempo real recordado sintetiza-se com o futuro projetado; passado e futuro emergem em uma imagem, visão ou conceito único da mudança e progressão temporal, que funciona como uma parte integral de orientação cultural no presente. Ciclos regulares e incessantes de ordem e desordem,¹⁷ a categoria de progresso, a crença de que Deus governa o mundo ou de que há uma ordem moral mundial (como o *Tao*) podem ser evocados como exemplos dessa idéia de tempo como uma ordem significativa das atividades humanas.

Todos esses conceitos são baseados na *idéia da ordem do tempo*. Portanto, conceitos de tempo são as fundações da razão histórica; o tempo relacionado ao mundo humano, e seu precário equilíbrio entre a experiência do passado e a expectativa do futuro prefiguram todo e qualquer sentido e significado

¹⁴ N. T.: No original: "The world is out of joint; – O cursed spite / that ever I was born to set it right."

do passado como história. Para propósitos comparativos, uma dicotomia básica tem sido usada com frequência: tempo cíclico *versus* tempo linear. Essa distinção, ela mesma, não caracteriza muito utilmente os modos fundamentais de pensamento histórico, uma vez que não há nenhum conceito de história que não faça uso de ambos. De modo que devemos dirigir nossos esforços para descobrir os modos de síntese do tempo cíclico e linear.

A perspectiva comparativa em historiografia tem de identificar esses *critérios de sentido e significado históricos*. Normalmente, eles não ocorrem em uma forma elaborada. Muito frequentemente, são princípios implícitos ou vigorosas pressuposições, que se tornam as mais necessárias para identificá-los e explicá-los. Assim, nós podemos explicar um sistema de conceitos básicos que governam a historiografia como um todo, que estruturam seu modo de transformar a experiência do passado em uma história com sentido e significado para o presente. Tal sistema desvenda a semântica da história e cria as bases para a comparação.

Essas categorias básicas podem parecer como idéias de uma ordem divina do tempo, como um mundo dividido ou dual no qual as ocorrências cotidianas do mundo humano são menos importantes que ou inferiores ao mundo imaginado de uma ordem temporal superior consagrada a seres divinos ou princípios superiores de civilização ou progresso. Exemplos dessas idéias nas tradições chinesa e européia de historiografia podem ser os seguintes: primeiramente, os conceitos de "preservar em registro" (*chi*) e de "incitar os velhos [precedentes] para conhecer o novo" (*wen ku erh chih hsin*); de memória, sentido e história, para ser completados por noções básicas como tradição, continuidade, descontinuidade, desenvolvimento, processo, revolução, restauração (*chung-hsing*), evolução, transformação pela virtude (*hua*), progresso, decadência, assim por diante. Então, devemos levar em conta diferentes "filosofias da história" embutidas em uma ordem moral do mundo, história sagrada, divina providência, a filosofia da história desde o Iluminismo e o conceito de modernização. Para fins comparativos é necessário encontrar conceitos básicos correspondentes em todas as outras historiografias.

Hoje, esses critérios de sentido são vistos principalmente como ficcionais, como invenções. Mas não se pode negar a realidade da experiência que modela o construto mental chamado "história" tanto quanto as imagens,

* N. T.: *Record keeping*, no original.

símbolos e conceitos usados para interpretá-lo. Frequentemente, esses elementos interpretativos são parte da própria experiência, portanto, é um equívoco caracterizá-los como substancialmente ficcionais.

No território das várias *práticas culturais de narração histórica* e das diferentes manifestações do construto mental chamado história, "historiografia" pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e limites. Ela pressupõe a experiência social de um historiógrafo, caracterizado por certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social. Para fins de comparação, as seguintes questões são importantes: que posição social os historiógrafos possuem? De quem dependem? Qual sua posição funcional em um sistema de poder político? Que papel seu trabalho desempenha na legitimação ou no questionamento do poder político? Que papel o gênero desempenha na determinação de quem é competente para ser um historiógrafo? Que outros grupos ou pessoas estão interessados em resgatar o passado? Contra quem os historiógrafos têm de defender suas posições? Quem legitima sua profissão?

A historiografia é uma maneira específica de manifestar a consciência histórica. Ela geralmente apresenta o passado na forma de uma ordem cronológica de eventos apresentados como "factuais", ou seja, com uma qualidade especial de experiência. Para propósitos comparativos, é importante saber como essa *relação com assim chamados fatos* do passado é organizada e apresentada.

Outra característica da historiografia é sua *forma lingüística*. Ela é apresentada em verso ou em prosa? O que esses dois modos de apresentação de escrita indicam? Essa distinção é a mesma apesar das fronteiras culturais? Na cultura ocidental, prosa indica certa racionalidade, um modo discursivo da experiência do passado na base de uma idéia integradora de sentido e evidência empírica.

A aproximação comparativa à historiografia depende da distinção que define *as unidades ao serem comparadas* umas com as outras. O que significa comparar historiografia "chinesa" com a historiografia "ocidental"? Antes de entrar em detalhes, é necessário estabelecer a existência dessas unidades de historiografia e seus modos de conceituação. São elas simples projeções das distinções dos dias atuais ou há algo correspondente à suposta unidade na estrutura conceitual do próprio trabalho historiográfico? Para a China,

essas questões terão uma resposta simples, uma vez que pelo menos trabalhos paradigmáticos da historiografia chinesa estão relacionados com a “China” como unidade cultural na mente dos historiógrafos e de suas audiências. Mas, e a respeito da Europa? É o horizonte da autocompreensão ou a elaboração de identidade histórica sempre “européia” nos trabalhos historiográficos do Ocidente? Sem estabelecer ou explicar o horizonte interno do espaço histórico que dá ao passado sua perspectiva específica, a interpretação comparativa pode tornar-se simplesmente uma má representação ou uma projeção precária do interprete sobre o material. A comparação sincrônica deve ser feita respeitando-se (a) os tipos de prática cultural concernentes à narração histórica, (b) os tipos de senso ou significado histórico, (c) as condições da consciência histórica, (d) as estratégias internas e as operações da consciência histórica, (e) os *topoi* da razão histórica, (f) as formas de representação, os meios e as espécies de historiografia e (g) as várias funções de orientação histórica.

(A) Com respeito aos *tipos de prática cultural* de rememorar historicamente o passado, a historiografia precisa ser colocada em uma escala de diferentes modos a fim de descobrir seus contextos e relações com outras formas de tratar o passado. Qual é a relação da historiografia com rituais, cerimônias, festividades, feriados públicos, *performances* religiosas, tais como romarias e outras manifestações de memória coletiva? Qual é sua relação para com a cultura popular? Pode ser ela parte integral da cultura popular? Outra questão coloca a historiografia em uma perspectiva social: como a escrita da história é disposta na hierarquia social? Ela olha para os acontecimentos humanos a partir de cima da hierarquia ou a partir de baixo?

Gênero é um aspecto muito importante da história social da historiografia. É importante distinguir entre vozes masculinas e femininas na representação do passado e levar sistematicamente em conta os domínios masculino e feminino de experiência, apresentados pela historiografia. O mesmo deve ser feito com relação à função de orientação da historiografia: como ela introduz a identidade – ou, mais precisamente, como a identidade fundada no gênero relaciona-se com a história?

(B) Com respeito aos *tipos de razão histórica*, deve-se utilizar uma tipologia compreensiva que forneça clara e distinta estrutura conceitual para a interpretação da historiografia. Com respeito à historiografia em sua forma escrita elaborada, há pelo menos quatro tipologias de historiografia praticadas no discurso metahistórico ocidental dos últimos séculos:

- Droysen distingue em seu “Topik” as apresentações investigativa, narrativa (em um sentido mais estreito), didática e contestatória do passado.¹⁸
- Nietzsche descreve três modos de lidar com o passado: monumental, antiquarista e representação crítica.¹⁹
- Hayden White oferece a mais elaborada tipologia de historiografia. Ele estabelece a razão histórica em quatro tropos que configuram toda narrativa: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia; e acrescenta três tipologias paralelas de razão histórica: quatro modos de armação da intriga* (romântico, trágica, cômico, satírico); quatro modos de explanação por argumento formal (formalista, mecânico, orgânico e contextualista); e quatro modos de explanação por implicação ideológica (anarquista, radical, conservador, liberal).²⁰
- Minha própria tipologia combina elementos funcionais e estruturais de narração histórica e distingue entre quatro diferentes modos de entender o passado: tradicional, exemplar, crítico e genético de narrativa histórica.²¹

(C) Com respeito ao *contexto cultural da historiografia*, deve-se atentar para os critérios religiosos de sentido e significado da cultura, uma vez que na maioria das sociedades – ao menos naquelas do tipo pré-moderno – a religião é a fonte principal para um senso de relacionamento entre passado e presente. É trivial dizer que a natureza característica do pensamento histórico no Ocidente está profundamente influenciada pelo cristianismo, mesmo na época do historicismo, quando os estudos históricos ganharam estrutura acadêmica como uma disciplina com sua própria metodologia de pesquisa. Sua relação com a religião pode funcionar como chave para decifrar a linguagem de sentido, significado e significação na historiografia.²²

Para entender por que critérios de sentido específicos de história entraram em uso, deve-se primeiramente perguntar: que desafios provocaram a consciência histórica e que demandaram uma resposta historiográfica? Eu já defini aqueles desafios como uma impressionante ruptura conturbando a continuidade temporal e a coerência da vida humana. Exemplos dessa experiência de descontinuidade são a Revolução Francesa para o historicismo, a queda de Roma para o conceito

* N.T.: O autor usa o termo *emplotment*.

agostiniano de história sagrada, a nova estrutura política e o papel de Atenas no fim do século v para Heródoto,²³ a fundação do império das dinastias Ch'in e Han para Ssuma Ch'ien. Uma vez que nem toda incoerência temporal pode ser dominada pela narração histórica, deve-se olhar para aquelas experiências temporais específicas que são produtivas para a historiografia. Que tipos de problemas poderão ser resolvidos pela historicização?

(D) Com relação às *operações e estratégias internas da consciência histórica*, deve-se, antes de mais nada, atentar-se para as características formais da historiografia. Ela é estruturada como uma narrativa? Se não, como os clássicos anais na China, o que significa para os critérios sublinhados da razão histórica? Se não há nenhuma representação histórica real do passado desprovida de elementos narrativos, onde encontraremos esses elementos, considerando-se que textos importantes são diversamente estruturados? Adicionalmente, deve-se, por conseguinte, procurar pela existência e o papel de elementos não narrativos, como imagens e símbolos, os quais, enquanto não narrativos eles mesmos, podem iniciá-los ou pelo menos atribuir-lhes sentido.

(E) Uma lista de *topoi* históricos facilita a comparação. Esses *topoi* organizam a apresentação narrativa do passado ao lhe atribuir uma significação específica para orientar pessoas a apresentar os problemas. *Topoi* históricos podem ser definidos como formas de percepção e representação dentro da constituição do sentido histórico do passado, que ocorrem como padrões repetitivos relacionados a diversos conteúdos.²⁴ O *tópos* mais famoso de significação histórica é, certamente, aquele expresso pelo *slogan* ciceroniano *historia magistra vitae* e na China pela metáfora do espelho (*chien*).²⁵ A historiografia, que representa o passado de acordo com esse *tópos*, ensina as regras gerais da conduta humana por meio de exemplos; ela é governada pela lógica do julgamento, ou seja, a geração de regras a partir de casos e a aplicação de regras aos casos. A maior parte dessas regras estão relacionadas à política e são endereçadas aos dirigentes no sentido de comprometê-los a princípios gerais legitimadores do poder e da dominação.²⁶ Há, por certo, muitos outros *topoi*. Para fins de comparação, eles poderiam ser especificados e sistematizados dentro de uma retórica da historiografia. Tal retórica ainda não existe; portanto, eu posso apenas mencionar alguns *topoi*, sacados sistematicamente de descobertas empíricas em recente investigação da consciência histórica de jovens:²⁷ o passado é um lugar de evasão; o passado é uma contra-imagem utópica do presente; o passado deveria ser mudado; o passado impõe tradições;

as coisas importantes do passado perduram; o passado deve ser explicitamente conectado com a vida presente; o passado pode ensinar-nos alguma coisa, portanto a história é uma questão de aprendizado.

(F) Há inúmeros outros modos pelos quais se pode criar parâmetros de comparação. Eu não posso explicá-los todos sistematicamente, de modo que vou apenas sugerir alguns em forma de questões: como os eventos do passado estão relacionados uns com os outros? Que tipo de racionalidade governa essa relação? Em que nível de complexidade diferentes elementos de experiência e significação são sintetizados? Quanto a historiografia reflete sobre sua própria estrutura e princípios? A que profundidade a análise e as estratégias explicativas da representação chegam? Que papel os valores e as normas desempenham na estruturação do passado como história? Até que grau o passado é historicizado? Como a historiografia lida com a experiência de outras culturas, diferentes da dos historiadores? São elas marginalizadas, usadas como foco para a projeção dos próprios desejos de alguém, ou lhes são dadas o justo reconhecimento? Que diferentes espécies de historiografia têm sido observadas e como os antigos pensadores as sistematizaram? Essa ordem corresponde a nossas estratégias de sistematização?

Já me referi ao problema da fundação da historiografia na experiência, por um lado, e aos elementos de ficção em sua interpretação do passado, por outro. De acordo com essa relação, deveria haver um esforço para encontrar constelações típicas entre facticidade e ficcionalidade no tratamento do passado. Esse relacionamento poderá mesmo indicar um estágio de desenvolvimento, uma vez que uma nítida distinção entre facticidade e ficcionalidade exige uma cultura histórica altamente desenvolvida, que possua procedimentos específicos para fazer sentido do passado, ao enfatizar a facticidade do passado relatado.

(G) Finalmente, a *função prática da historicidade* deve ser levada sistematicamente em conta, sua função orientadora para os grupos humanos. Sua manifestação mais marcante é a articulação da identidade histórica das pessoas para quem a historiografia é endereçada. Para fins comparativos, precisamos apresentar os diferentes pontos de vista concernentes à identidade. A perspectiva mais importante relaciona-se à inclusão, às normas e aos valores que determinam a inclusão em um grupo. Quem é incluído, quem é excluído das narrativas históricas? Como a relação entre eles é apresentada? Onde fica a linha fronteira entre o eu e ou outro, entre intimidade e estranheza?

Perspectivas de comparação diacrônica

Em historiografia, a comparação diacrônica está relacionada à mudança. Seu desafio teórico é identificar fatores universais, tipos de processos e direções de mudança. Mas antes de explicar perspectivas correspondentes de mudança em historiografia, dever-se-ia refletir sobre uma *periodização geral*, dentro da qual a historiografia ganha significação histórica em relação a todo o processo de mudança no mundo humano. Tal periodização esclarece a dependência da historiografia em seu contexto, o qual fornece seus desafios constitutivos e seus critérios de sentido básicos, e dentro do qual ela preenche (ou abdica) de sua função de orientação. Uma questão intensamente debatida é se as épocas principais da história européia podem ser aplicadas a outras culturas. Se não, as diferentes periodizações deveriam pelo menos ser comparadas com relação aos critérios que determinam a divisão das épocas.

A historiografia é melhor suprida por uma periodização geral relativa aos meios dominantes de comunicação humana. Pode-se começar por distinguir três épocas, definidas por três meios: oralidade, escritura e "eletronalidade".²⁸ Em casos específicos, deve-se atentar para aqueles fatores e elementos que transformam o modo pelo qual nós atribuímos sentido e representamos o passado. Para dar pelo menos um exemplo de tal força transformadora da historiografia, sugiro o crescimento do conhecimento sobre o passado. Ele pode provocar novas categorizações, que, por sua vez, podem remodelar e reestruturar a historiografia em geral. O surgimento do pensamento historicista no final do século XVIII não poderia ser compreendido sem referência à explosão do conhecimento na Europa. Havia um impressionante acúmulo de conhecimento histórico na China, mas não parece ter provocado uma substituição nas categorias auxiliares da percepção e interpretação histórica.

Outra questão está relacionada à apresentação da mudança em historiografia. Há algo como uma experiência de progresso, baseada na auto-estima de um grupo bem-sucedido, com os quais os historiadores podem associar-se?

O mais importante parâmetro da comparação diacrônica é a direção da mudança. É possível discernir tendências transculturais? Hoje essa questão parece demasiado carregada da carga ideológica da supremacia ocidental. Mas uma rejeição da ideologia ocidental encerra a investigação. Penso que tal questão é inevitável, uma vez que hoje todos os países do mundo estão direta ou indiretamente envolvidos no processo de modernização, que

desafia a identidade histórica de todos eles. É extremamente importante saber se há tendências de desenvolvimento na história cultural de cada um, similar àquelas do Ocidente. E para os ocidentais é útil saber se tais tendências existem em culturas não-ocidentais. Se houver um desenvolvimento cultural ou uma evolução comum a todos os países, então o processo de modernização será algo mais que uma ameaça de alienação; ele pode mesmo ser definido como uma oportunidade de ganhar ou reaver uma identidade própria em uma perspectiva mais ampla de humanidade.

Assim, o conceito de Max Weber de uma racionalização e desencantamento universais pode ser reformulado para uma análise comparativa da historiografia. Não há historiografia sem racionalidade, ou seja, um conjunto de regras que vincula o processo de racionalização da consciência histórica a estratégias de conceituação, de trazer a evidência empírica para a representação do passado e de argumentação coerente. Essa racionalidade deverá ser reconstruída e investigada como um desenvolvimento universalmente válido. O mesmo deve ser feito com respeito às normas e valores que constituem a identidade histórica. Mostram eles uma tendência à universalização e, por conseguinte, a identidade histórica expande-se? Penso que podemos observar tal processo de universalização em muitas culturas.²⁹ ele começa no pequeno grupo social em tempos ancestrais e leva à humanidade na história moderna. Ao longo dessa universalização, acontece muito frequentemente uma regionalização correspondente. Ademais, deve-se procurar um processo de particularização e individualização; será uma reação à universalização ou uma consequência dela.

Outra direção de desenvolvimento pode ser definida com respeito ao tratamento de "fatos" em relação à suposta ordem do tempo. Será a historiografia governada por uma tendência à integração progressiva de fatos positivos e princípios de ordem temporal? Em sociedades arcaicas, "fatos" mundanos não são importantes para a apresentação narrativa da ordem divina do mundo. Mitos, como narrativas que organizam o cosmos, longe estão de certas datas fixadas cronologicamente e provadas por evidências empíricas. Mas a ordem mítica desvaneceu ou foi misturada com a corrente temporal dos eventos e das estruturas positivas, o que quer dizer "factuais".

Seguindo essa linha argumentativa, ousou esboçar uma periodização para os meios de comunicação cultural e sua transformação, que pode pelo menos funcionar como uma heurística para uma história compreensiva do pensamento histórico. Ela supõe um período pós-histórico na forma de um tipo ideal, composto dos mais desafiadores elementos do pensamento histórico pós-moderno:

Periodização universal do pensamento histórico³⁰

<p>Pré-histórico Fina distinção entre tempo cósmico paradigmático (tempo "arcaico" do mito) e tempo mundano; o último não tem sentido para a ordem do mundo e do eu. O acaso é radicalmente eliminado. Domínio do <i>tipo tradicional</i> de narração histórica. <i>Meio da tradição oral.</i></p>	
<p>Histórico Intermediação de ambos os "tempos". Fatos contingentes (eventos) são carregados com sentido a respeito da ordem temporal do mundo. O acaso (contingência) é reconhecido como relevante para essa ordem e inscrito em um conceito de tempo que orienta as atividades práticas e constitui a identidade humana. <i>Meio da escrita.</i></p>	<p>Tradicional Toda a ordem do tempo tem um caráter divino. A religião é a fonte principal para o sentido da mudança temporal. Predomínio do <i>tipo exemplar</i> de narração histórica.</p>
	<p>Moderno Minimização da dimensão transcendente da ordem do tempo. Todo o senso de história tende a tornar-se mundano. A racionalidade humana está apta a reconhecê-lo por meio da investigação metodológica das evidências empíricas do passado. Predomínio do <i>tipo genético</i> de narração histórica.</p>
<p>Pós-histórico Nenhuma ordem compreensiva de tempo incluindo passado, presente e futuro. O passado é separado em um tempo próprio. Fatos do passado tornam-se elementos de constelações arbitrárias que não têm nenhuma relação substancial com o presente e o futuro. O passado humano torna-se destemporalizado. A contingência perde sua definição para idéias de ordem temporal válidas para a vida presente e seu futuro. <i>Meio eletrônico.</i></p>	

Modernização, sem dúvida, é uma das mais importantes perspectivas da comparação diacrônica. Ela deve ser concretizada como um processo interno de racionalização no tratamento do passado. Os estudos históricos, como disciplina acadêmica, indicam formas e estágios dessa racionalização. Mas a racionalização é apenas um lado da moeda da modernização. Há sempre uma reação contra ela, um reencantamento na relação com o passado que, ao menos, compensa a perda de sentido e significado, realizada pelas metodologias tradicionais. Então, a aproximação comparativa à historiografia deverá sempre ter em vista tanto o desencantamento racional quanto um reencantamento irracional compensatório – ou novas, reformuladas ("reformadas"), fontes e potenciais de sentido e significado da dimensão temporal da vida humana.

Novas questões

O século xx desafiou os critérios básicos de sentido e significado da historiografia. Tenho em mente a traumática experiência do Holocausto e as ocorrências similares de assassinatos em massa e outras violações radicais de nosso sentido das coisas no curso da história humana.³¹ Tais experiências provocam reações traumáticas e, muito freqüentemente, a supressão de importantes elementos da memória coletiva no inconsciente. Em historiografia, esse inconsciente deve ser exposto como um silêncio sobre o passado, o qual, todavia, influencia o presente. Com o fim de tornar a exposição plausível, deve-se identificar indicações dessa supressão nas representações articuladas do passado. Dessa maneira, a historiografia carrega o peso adicional de levar sistematicamente em conta procedimentos planejados ou não de um *modo negativo de fazer o sentido da história*. Esse sentido negativo ou o *sentido de falta de sentido* pode ser demonstrado como "limites da representação", que têm nas discussões do Holocausto já paradigmáticas.³² Seria proveitoso procurar por tais limites até mesmo na historiografia comum, trazendo, assim, ao nosso cuidado uma dimensão da consciência histórica na qual a historiografia fala a linguagem do silêncio.³³

Em minhas observações introdutórias, eu apontava para o fato de que cada trabalho em historiografia que envolve comparação está também envolvido no processo de formação de identidade e é guiado por interesses práticos. Há um lado negativo e um positivo nessa estratégia. Do lado negativo, ela deve prevenir estereótipos de peculiaridade cultural de se tornarem pressupostos e diretrizes para o estudo da historiografia, portanto, evitando a difundida dicotomia entre o eu e o outro e a estratégia correlata de exclusão na formação identitária. Do lado positivo, ela deveria habilitar os estudiosos a apresentar tradições historiográficas de diferentes culturas, povos e sociedades em um movimento mental entre igualdade e diferença. Aqueles cuja identidade está em risco devem estar prevenidos de que a diversidade é um espelho para suas próprias autoconsciências. Portanto, sua comunicação pode servir ao mais valioso objetivo de identificação e reconhecimento mútuos.

(tradução: Jurandir Malerba)

Notas

¹ Um exemplo é o de Horst Walter Blanke, *Historiographiegeschichte als Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt, 1991. (Fundamenta Histórica, 3).

- ² Ernst Breisach, *Historiography: Ancient, Medieval, and Modern*, Chicago, University Of Chicago Press, 1983; Georg G. Iggers, *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert: Ein Überblick im internationalen Zusammenhang*, Göttingen, 1993. A "relação internacional" de Iggers é exclusivamente europeia-americana. O mais antigo *International Handbook of Historical Studies: Contemporary Research an Theory*, editado por Georg Iggers e Harold T. Parker (Westport, Conn., 1979) inclui a maioria dos países não-ocidentais.
- ³ Por exemplo, William G. Beasley e Edward G. Pulleyblank (eds.), *Historians of China and Japan*, Londres, 1961; Yu-shan Han, *Elements of Chinese Historiography*, Hollywood, Hawley Pubns, 1955; Charles S. Gardner, *Chinese Traditional Historiography [1938]*, Cambridge, Harvard University Press, 1961; George Kao (ed.), *The Translation of Things Past: Chinese History and Historiography*, Hong Kong, Chinese University Press, 1982; Rolf Trauzettel, "Die chinesische Geschichtsschreibung", em Günter Debon (ed.), *Ostasiatische Literaturen*, Wiesbaden, AULA-Verlag, 1984, pp. 77-90; *Extrême-Orient/Extrême-Occident*, IX; La référence à l'histoire, Paris, 1986.
- ⁴ Por exemplo, D. Devahuti (ed.), *Problems of Indian Historiography*, Delhi, DK Publishers, 1979; B. Kölver, *Ritual und historischer Raum: Zum indischen Geschichtsverständnis*, Munique, 1993; Pratima Asthana, *The Indian View of History*, Agra, India, 1992; Michael Gottlob, "On the History of Modern Indian Historiography", em *Storia della Storiografia*, n. 27, 1995, pp. 123-44.
- ⁵ Por exemplo, Donald E. Brown, *Hierarchy, History and Human Nature: The Social Origins of Historical Consciousness*, Tucson, University of Arizona Press, 1988. Uma tentativa recente de colocar o foco em culturas não-ocidentais, ao tratar com a história da historiografia ocidental, é a série *Geschichtsdiskurs*, Wolfgang Kuttler, Jörn Rüsen, Ernst Schulin (eds.) (v. 1: *Grundlagen und Methoden der Historiographieggeschichte* [Frankfurt/Main, 1993]; v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens* [Frankfurt/Main, 1994]; v. 3: *Die Epoche der Historisierung* [Frankfurt/Main, 1996]).
- ⁶ Cf. Jürgen Osterhammel, "Sozialgeschichte im Zivilisationsvergleich: Zukünftigen Möglichkeiten komparativer Geschichtswissenschaft", em *Geschichte und Gesellschaft*, n. 22, 1996, pp. 143-64; Heinz-Gerhard Haupt, Jürgen Kocka (eds.), *Geschichte und Vergleich: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*, Frankfurt/Main, 1996.
- ⁷ Um exemplo típico é Brown, *Hierarchy, History, and the Human Nature*. Franz Rosenthal refletiu sobre o problema ao tratar do objeto da "Historiografia muçulmana": ele a identificou como "aqueles trabalhos que os muçulmanos, em um dado momento de sua história literária, consideraram trabalhos históricos e que, ao mesmo tempo, contêm uma quantidade razoável de material que pode ser classificado de acordo com sua definição de história [...]" (*A History of Muslim Historiography*, 2. ed., Leiden, EJ Brill, p. 17, 1968).
- ⁸ Por exemplo, Leopold von Ranke, *Weltgeschichte*, 4. ed., Leipzig, 1896, I, VIII. Cf. Andreas Pigulla, *China in der deutschen Weltgeschichtsschreibung vom 18. bis zum 20. Jahrhundert*, Wiesbaden, Harrassowitz, 1996.
- ⁹ Tentei uma primeira aproximação a tal teorização com vistas a uma comparação intercultural (relativa à história dos direitos humanos) em Jörn Rüsen, "Die Individualisierung des Allgemeinen: Theorieprobleme einer vergleichenden Universalgeschichte der Menschenrechte", em Jörn Rüsen, *Historische Orientierung: über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*, Colonia, Böhlau, 1994, pp. 168-87.
- ¹⁰ Para o que segue, ver Rüsen, "Was ist Geschichtsbewußtsein? Theoretische Überlegungen und heuristische Hinweise", em *Historische Orientierung*, op. cit., pp. 3-24.
- ¹¹ Hao Chang, *Chinese Search for Order and Meaning 1890-1911*, Beckerleym 1987, p. 7.
- ¹² Ao fazê-lo, vou me referir a muitos argumentos, palpites e idéias recolhidas durante o trabalho de um grupo de pesquisa do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Bielefeld, que está às voltas com o assunto "Entender a História: Estudos Interdisciplinares em Estrutura, Lógica, Função e Comparação Intercultural de Consciência Histórica". O termo "sentido" [*sense*] é usado como equivalente para a palavra alemã *Sinn*, que é diferente de "significado" [*meaning*] (*Bedeutung*). Sinto-me particularmente devedor a Klaus E. Müller, Burkard Gladigow e (sobre a China) Helwig Schmidt-Glintzer e Joachim Mittag. O último enriqueceu substancialmente minha abordagem comparativa da historiografia. Devo a ele a maioria dos exemplos chineses do texto.
- ¹³ Johan Galtung, "Die 'Sinne' der Geschichte", em Klaus E. Müller, Jörn Rüsen (eds), *Historische Sinnbildung: Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungsorte, Darstellungsstrategien*, Reinbeck, SAGE Publications, 1997; Johan Galtung, "Six Cosmologies: An Impressionistic Presentation", em Galtung, *Peace by Peaceful Means*, London, 1996, pp. 211-22.
- ¹⁴ Shakespeare, *Hamlet*, ato I, cena V.
- ¹⁵ Kg-yang chuan, *Ai-kung do século XIV*.
- ¹⁶ Em chinês, ela é expressa pelo termo *pien* ("mudança" no sentido de "distúrbio").
- ¹⁷ Cf. Mencius III, p. 8.
- ¹⁸ Peter Leych (ed.), *Untersuchende, erzählende, didaktische und diskussive Darstellung: Droysen, Johan Gustav Historik, historisch-kritische Ausgabe*, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1977, I., pp. 217-83, 445-50. Cf. Rüsen, "Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung", em Jörn Rüsen, *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*, Frankfurt, Suhrkamp, 1993, pp. 267-75.
- ¹⁹ Friedrich Nietzsche, "Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben", em *Sämtliche Werke, Kritische Studienausgabe in 15 Einzelbänden*, Munique, De Gruyter, 1988), v. 1, pp. 243-334, especialmente pp. 258-70. (Friedrich Nietzsche, "On the Uses and Disadvantages of History for Life", em *Untimely Meditations*, trad. R. J. Hollingdale, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 83-100.
- ²⁰ Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*, Baltimore, 1973, pp. 1-42.
- ²¹ Jörn Rüsen, "Die vier Typen des historischen Erzählens", em Rüsen, *Zeit und Sinn: Strategien historischen Denkens*, Frankfurt, Fischer/Originalausg Edition, 1990, pp. 153-230; cf. Rüsen, *Studien in Metahistory*, Pretoria, Human Science Research Council, 1993, pp. 3-4.
- ²² Cf. Rüsen, "Historische Methode und religiöser Sinn: Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne", em Wolfgang Kuttler (ed.), *Geschichtsdiskurs*, v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens*, Jörn Rüsen, Ernst Schulin (Frankfurt/Main, 1994), pp. 344-77.
- ²³ Meier, *Die Entstehung der Historie*, pp. 251-306. Meier fala de um "processo politicamente determinado de um imenso arrebatamento, uma mudança profunda de medidas". (p. 254)
- ²⁴ Jörn Rüsen et al., "Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Abiturienten im Ruhrgebiet", em Bodo von Borries, Hans-Jürgen Pandel, Jörn Rüsen (eds.), *Geschichtsbewußtsein empirisch*, Pflaffenweiler, 1991, p. 286.
- ²⁵ Cf. Chun-chieh Huang, "Historical Thinking in Classical Confucianism: Historical Argumentation from the Three Dynasties", em Chun-chieh Huang, Erik Zürcher (eds.), *Time and Space in Chinese Culture*, Leiden, 1995, p. 76: "*Chien* significava originalmente 'espelho', e espelho é aquilo por meio do qual examinamos a nós mesmos, como nós olhamos as pessoas, o que é representativo de nossa consciência. O caráter, *chien*, mudou então, mais tarde, para significar 'leição, norma, modelo', sem abandonar totalmente o sentido original de reflexo normativo".
- ²⁶ Esse *tópos* parece ser universal em todas as civilizações avançadas. Ele é a base, por exemplo, do livro de Ibn Khaldûn (1332-1406), *Livro dos exemplos e coleção das origens*, assim como a do livro de Ssuma Kuang (1019-1086), *Espelho compreensivo para socorro dos governos*.
- ²⁷ J. Rüsen, "Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Schülern und Studenten im internationalen und interkulturellen Vergleich", em Bodo von Borries, Jörn Rüsen (eds.), *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich: Zwei empirische Pilotstudien*, Pflaffenweiler, 1994, pp. 79-206.
- ²⁸ Albert D'Haenens (Louvin la Neuve) usou uma vez, em um debate, o slogan "oralité, scribalité, electronalité", de que eu me aproprio aqui.
- ²⁹ Eu tentei conceituar tal processo com respeito à questão da universalidade dos direitos humanos tópicos gerais de humanidade, personalidade e diversidade em Jörn Rüsen, "Die Individualisierung des Allgemeinen" e Jörn Rüsen, "Human Rights from the Perspective of a Universal History", em Wolfgang Schmale (ed.), *Human Rights and Cultural Diversity: Europe - Arabic-Islamic World - Africa - China*, Frankfurt, Keip Pub, 1993, pp. 28-46; Jörn Rüsen, "Vom Umgang mit den Anderen: Zum Stand der Menschenrechte heute", *Internationale Schulbuchforschung*, n. 15, 1993, pp. 167-78.
- ³⁰ Emprego três dos quatro tipos de razão histórica em uma clara ordem periódica. Isso é enganoso, uma vez que eles desempenham um papel muito mais complexo em todos os períodos. Mas de modo algum podem ser usados para caracterizar um tipo de pensamento histórico específico de uma época.

- ³¹ Para dar um exemplo chinês, a Rebelião Taiping resultou em 20 milhões de vítimas.
- ³² Saul Friedlander, *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*, Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- ³³ A respeito da queda de Nanking (1867), um padrão literário já estabelecido de supressão da memória foi aplicado, o qual articulava uma exaustão de se olhar para trás: "E eu temo olhar para trás, escutar muito atentamente o *fi* de Yü Hsin." (Stephen Owen, "Place: Meditation on the Past at Chin-ling", *Harvard Journal of Asiatic Studies*, n. 56, 1990, pp. 417-57.)

Bibliografia

- ASTHANA, Pratima. *The Indian View of History*. Agra: M. G. Publishers, 1992.
- BEASLEY, William G.; PULLEYBLANK, Edward G. (eds.). *Historians of China and Japan*. Londres: Oxford University Press, 1961.
- BLANKE, Horst Walter. *Historiographiegeschichte als Historik*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1991. (Fundamenta Histórica, 3)
- BREISACH, Ernst. *Historiography: Ancient, Medieval, and Modern*. Chicago: University Of Chicago Press, 1983.
- BROWN, Donald E. *Hierarchy, History and Human Nature: The Social Origins of Historical Consciousness*. Tucson: University of Arizona Press, 1988.
- CHUN-CHIEH, Huang. Historical Thinking in Classical Confucianism: Historical Argumentation from the Three Dynasties. In: CHUN-CHIEH, Huang; ZÜRCHER, Erik (ed.). *Time and Space in Chinese Culture*. Leiden: Brill Academic Publishers, 1995.
- DEVAHUTI, D. (ed.). *Problems of Indian Historiography*. Delhi: DK Publishers, 1979.
- EXTRÊME-ORIENT/EXTRÊME-OCCIDENT, IX. La référence à l'histoire. Paris, 1986.
- FRIEDLANDER, Saul (ed.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GALUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. London: SAGE Publications, 1996.
- _____. Die "Sinne" der Geschichte. In: MÜLLER, Klaus E.; RÜSEN, Jörn (eds.). *Historische Sinnbildung: Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungsorte, Darstellungsstrategien*. Reinbeck: Rowohlt; Originalausg, 1997.
- GARDNER, Charles S. *Chinese Traditional Historiography*. Cambridge: Harvard University Press, 1961.
- GESCHICHTSDISKURS, Wolfgang Kötler; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (eds.) (vol. 1: *Grundlagen und Methoden der Historiographiegeschichte* [Frankfurt/Main: Fischer 1993]; v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens* [Frankfurt/Main: Fischer, 1994]; v. 3: *Die Epoche der Historisierung* [Frankfurt/Main: Fischer, 1996]).
- GOTTLÖB, Michael. On the History of Modern Indian Historiography. *Storia della Storiografia*, 27, 1995, pp. 123-44.
- HAO Chang. *Chinese Search for Order and Meaning 1890-1911*. Berkeley: University of California Press, 1987. [Cf. *Chinese Intellectuals in Crisis: Search for Order and Meaning, 1890-1911*].
- HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (eds.). *Geschichte und Vergleich: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung*. Frankfurt/Main: Campus, 1996.
- IGGERS, Georg; PARKER, Harold T. *International Handbook of Historical Studies: Contemporary Research and Theory*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1979.

- _____. *Geschichtswissenschaft im 20. Jahrhundert: Ein Überblick im internationalen Zusammenhang*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- KAO, George (ed.). *The Translation of Things Past: Chinese History and Historiography*. Hong Kong: Chinese University Press, 1982.
- KÖLVER, B. *Ritual und historischer Raum: Zum indischen Geschichtsverständnis*. Munique, 1993 (mimeo).
- MEIER, Christian. Die Entstehung der Historie. In: KOSELLECK, Reinhardt; STEMPEL, Wolf-Dieter (eds.). *Geschichte: Ereignis und Erzählung (Poetik und Hermeneutik v)*. Munique: Fink, 1973.
- NIETZSCHE, Friedrich. *On the Uses and Disadvantages of History for Life*. In: *Untimely Meditations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben. *Sämtliche Werke, Kritische Studienausgabe in 15 Einzelbänden*. Munique: De Gruyter, 1988.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. Sozialgeschichte im Zivilisationsvergleich: Zu künftigen Möglichkeiten komparativer Geschichtswissenschaft. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 22, 1996, pp. 143-64.
- PETER, Leych (ed.). *Untersuchende, erzählende, didaktische und diskussive Darstellung: Droysen, Johan Gustav Historik, historisch-kritische Ausgabe*. Stuttgart: Bad Cannstatt, 1977.
- FIGULLA, Andreas. *China in der deutschen Weltgeschichtsschreibung vom 18. Bis zum 20. Jahrhundert*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1996.
- RANKE, Leopold von. *Weltgeschichte*. 4. ed. Leipzig, 1896.
- ROSENTHAL, Franz. *A History of Muslim Historiography*. 2. ed. Leiden: EJ Brill, 1968.
- RÜSEN, J. *Studien in Metahistory*. Pretoria: Human Science Research Council, 1993.
- _____. Historische Methode und religiöser Sinn: Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Moderne. In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst (eds.). *Geschichtsdiskurs*, v. 2: *Anfänge modernen historischen Denkens*. Frankfurt/Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1994.
- _____. Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Schülern und Studenten im internationalen und interkulturellen Vergleich. In: BORRIES, Bodo von; RÜSEN, Jörn (eds.). *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich: Zwei empirische Pilotstudien*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1994.
- _____. "Die vier Typen des historischen Erzählens". In: RÜSEN, J. *Zeit und Sinn: Strategien historischen Denkens*. Frankfurt: Fischer/Originalausg Edition, 1990.
- _____. "Die Individualisierung des Allgemeinen" e "Human Rights from the Perspective of a Universal History". In: SCHMALE, Wolfgang (ed.). *Human Rights and Cultural Diversity: Europe - Arabic-Islamic World - Africa - China*. Frankfurt: Keip Pub, 1993.
- _____. Vom Umgang mit den Anderen: Zum Stand der Menschenrechte heute. *Internationale Schulbuchforschung*, n. 15, 1993, pp. 167-78.
- _____. Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung In: RÜSEN, Jörn. *Konfigurationen des Historismus: Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.
- _____. *Historische Orientierung: über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*. Colonia: Böhlau, 1994.
- _____. et al. Untersuchungen zum Geschichtsbewußtsein von Abiturienten im Ruhrgebiet. In: BORRIES, Bodo von; PANDEL, Hans-Jürgen; RÜSEN, Jörn (eds.). *Geschichtsbewußtsein empirisch*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1991.
- TRAUZETTEL, Rolf. Die chinesische Geschichtsschreibung. In: DEBON, Günter (ed.). *Ostasiatische Literaturen*. Wiesbaden: AULA-Verlag, 1984.
- YU-SHAN, Han. *Elements of Chinese Historiography*. Hollywood: Hawley Pubns, 1955.